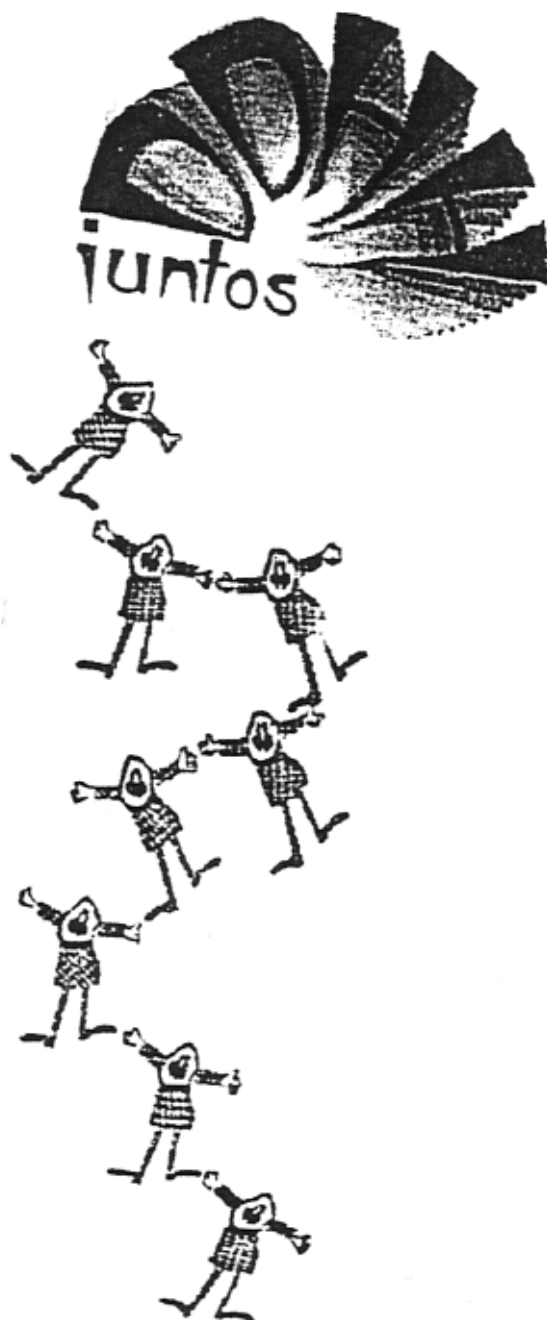


Sumario



❖ **DIREITOS HUMANOS:
NOVAS DIMENSÕES
E DESAFIOS**

❖ **¿QUÉ ES LA
“APOROFOBIA”?**

❖ **REFLEXIÓN SOBRE
LA COMUNIDAD:
UN DESAFÍO DESDE
BOLIVIA**

❖ **“DINAMIZADORES
EN ACCIÓN”**

Boletín del Proyecto Interinstitucional DDHH Juntos
N° 39 - Noviembre de 2008

CENTRO CULTURAL POVEDA

C/PINA 210, CIUDAD NUEVA, SANTO DOMINGO

TELS. : 809 689-5689 / 809 686-0210

FAX: 809 685-4635

info@centropoveda.org

www.centropoveda.org

SANTO DOMINGO - REPUBLICA DOMINICANA

CENTRO YACHAY TINKUY

AVENIDA GENERAL GALINDO N°. 1225 ESQ. MELGAREJO

CASILLA 2419 - COCHABAMBA

TEL: (591)-4-4480260

FAX: (591)-4-4294929

yachay@yachaytinkuy.org

www.yachaytinkuy.org

COCHABAMBA - BOLIVIA

NOVAMERICA

RUA DEZENOVE DE FEVEREIRO, 160 - BOTAFOGO

CEP: 22280-030 RIO DE JANEIRO - RJ

TEL/FAX: (55) (21) 2542-6244

novamerica@novamerica.org.br

www.novamerica.org.br

RIO DE JANEIRO - BRASIL

CENTRO DE DERECHOS HUMANOS VICTORIA DIEZ

BLVD. VASCO DE QUIROGA 1015

COL. SAN FELIPE DE JESÚS

LEÓN, GTO. C.P. 37260

TEL. (477) 780 34 86

cdhvictoria@multi-net.com.mx

GUANAJUATO - MEXICO

SOLYDES

PROGRAMA DE SOLIDARIDAD Y DESARROLLO SOCIO - EDUCATIVO

VILLA EL SALVADOR

CEL. 9698-3698

TEL. 287-7619

solydesves15@yahoo.es

LIMA - PERÚ

Este número foi elaborado pela equipe da **NOVAMERICA**.

Introdução

A complexa realidade do mundo contemporâneo nos incita a reflexões cada vez mais amplas sobre o tema dos direitos humanos. Muitas são as novas configurações dessa realidade e, por isso, se faz necessário aprofundarmos em novas formas de nomeá-las e compreendê-las. Assim, acreditamos, se faz mais profícua qualquer ação sobre elas e se torna mais próxima a possibilidade de sua transformação.

Animados pela crença na força das idéias e do trabalho coletivo, os artigos dessa edição caminham na direção de aprofundar diferentes aspectos dessa nova realidade. O trabalho de Susana Sacavino nos oferece uma reflexão ampla sobre as novas dimensões e desafios que concorrem para a elaboração de novas concepções de cidadania e direitos humanos. Alertando-nos sobre as novas configurações sócio-culturais e econômicas que questionam a universalidade e colocam em risco a indivisibilidade dos direitos humanos, a autora destaca alguns elementos que, presentes nas relações que se estabelecem tanto global quanto localmente, assumem novos significados e trazem novas implicações para a garantia de uma cidadania plena.

Partilhando da mesma preocupação com o tema das novas configurações nas relações sócio-culturais, econômicas e políticas, o artigo de Marcelo Andrade nos apresenta a uma questão que se coloca como central no mundo contemporâneo: a discriminação contra pessoas e grupos pobres. O autor ressalta a importância de nomearmos essa realidade no sentido de melhor

compreendê-la e buscar transformá-la, e também aponta para a premência em assumirmos nossa parcela de responsabilidade diante dela.

A complexidade dessa temática pode ser percebida no contexto boliviano desde a análise feita por Ramiro Lobatón. As tensões entre direitos individuais e coletivos são objeto desse artigo, que destaca as relações assimétricas e heterogêneas presentes na sociedade boliviana marcadas por laços de dominação e submissão de uns grupos sobre outros. Dessas relações construíram-se diferentes concepções de comunidade e de ser humano, bem como diferentes imaginários que se relacionam de forma conflituosa nesta sociedade.

Por fim, poderemos constatar que apesar de todas as dificuldades ainda há entre nós pessoas impregnadas de esperança, que são capazes de promover mudanças no cotidiano dos/as educadores/as. O programa *Agentes culturales promotores del cambio socioeducativo en la escuela y comunidad*, desenvolvido em Villa El Salvador, distrito da província de Lima, no Peru, é apresentado nesse artigo por um de seus dinamizadores Tanislao Ochoa.

Esperamos que a leitura desses artigos promova em nós o mesmo efeito que nossos/as companheiros/as perseguem no trabalho com os/as educadores/as no Peru: a inquietude capaz de gerar a reflexão necessária sobre o papel docente na sociedade atual que cada vez mais exige posturas comprometidas com a transformação.

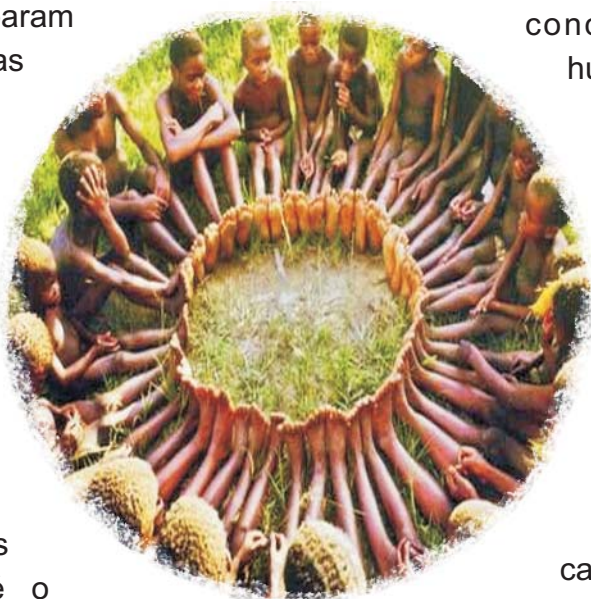
DIREITOS HUMANOS: NOVAS DIMENSÕES E DESAFIOS

Susana Sacavino¹
RIO DE JANEIRO - BRASIL

A globalização veio estabelecer uma tensão fundamental na concepção dos direitos humanos, pois a liberalização da economia, a flexibilização das noções de soberania nacional e o próprio processo de internacionalização dos direitos humanos acabaram por colocar no centro das discussões a diferença entre as culturas - que questiona a *universalidade* - e a flexibilização dos direitos sociais - que coloca em **r i s c o** a *indivisibilidade* - características básicas do discurso dos direitos humanos até o presente momento.

Nesse contexto, é um imperativo que os direitos humanos constituam a expressão das vozes do sofrimento humano, lutando contra todas as formas de *invisibilização*, desmascarando os

procedimentos que estabelecem que determinados sofrimentos coletivos ou individuais não sejam vistos como violação de direitos humanos. Essa reconstrução cria desafios para uma nova cidadania e para a própria concepção de direitos humanos. Vejamos...



Miséria e exclusão

Depois de mais de duas décadas de políticas neoliberais e do processo acelerado de globalização capitalista, um indicador alarmante dos efeitos dessas políticas é o aumento da pobreza no planeta: um quarto da população mundial ainda vive em condições de miséria. Cerca de 1,3 bilhão de pessoas vivem com uma renda de menos de um dólar por dia. Quase um

¹ Trechos extraídos, com adaptações, do capítulo 2 (Direitos Humanos: um caminho em construção) da tese de doutorado de Susana Sacavino - Educação em/para os Direitos Humanos em processos de democratização: o caso do Chile e do Brasil.

bilhão de pessoas são analfabetas. Mais de um bilhão não têm acesso à água potável e mais de 800 milhões passam fome ou enfrentam falta de alimento.

A pobreza não só não tem diminuído nos últimos anos como tem aumentado em regiões onde já havia sido reduzida há tempos, como em países da Europa Oriental ou na própria América Latina. A miséria e a exclusão social constituem violações da dignidade humana. Daí a necessidade de maior conhecimento da miséria e suas causas, a fim de promover os direitos humanos dos mais pobres e de favorecer a participação destes no processo decisório das comunidades em que vivem.

Discriminação, xenofobia e racismo

Racismo, xenofobia e discriminação são fenômenos de comportamento humano historicamente conhecidos. Frequentemente, alude-se como indicativos da existência de políticas ou atitudes racistas e/ou discriminatórias, à escravidão e ao comércio de escravos, à exploração econômica, à colonização branca, ao jugo colonial, ao imperialismo, às práticas genocidas motivadas por perseguição religiosa ou étnica, à migração por motivos econômicos e conflitos religiosos, entre outros. Entretanto, deve-se olhar também para as causas ou motivações

que levam à xenofobia e ao racismo, entre as quais se encontram os fatores econômicos e políticos, o medo de que a imigração ponha em risco a identidade cultural, a rejeição de quem é supostamente diferente ou com quem a comunicação parece mais difícil.

A discriminação e a intolerância andam de mãos dadas. Os meios legais e administrativos contra a discriminação, incluindo as sanções penais, apesar de serem muito importantes para a eliminação e a prevenção da discriminação, não são suficientes. Os instrumentos que fixam padrões também exigem mudanças nas práticas tradicionais, a eliminação de estereótipos, o desenvolvimento da educação e o uso dos meios de comunicação de massa na luta contra a discriminação.



Terrorismo, crime organizado e corrupção

O terrorismo não é um fenômeno novo nas relações internacionais. Representa um teste difícil para os Estados comprometidos com políticas de direitos humanos. É claramente uma ameaça à vida e à dignidade da pessoa.

Os atos, métodos e práticas do terrorismo em todas as suas formas e

manifestações, assim como sua conexão com o tráfico de drogas em alguns países, visam à destruição dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e da democracia, ameaçando a integridade territorial, a segurança dos Estados e desestabilizando governos legitimamente constituídos.

Todas as atividades ilegais conduzidas pelo crime organizado, como o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, dizem respeito aos seres humanos e às sociedades.

Contudo, sob a perspectiva dos direitos humanos, o tráfico de trabalhadores migrantes, de mulheres e crianças ganham destaque especial.

O tráfico de mulheres para a exploração sexual é uma manifestação de flagrante violência imposta à mulher e uma forma moderna de escravidão. Acarreta a violação de direitos humanos fundamentais. A exploração sexual de crianças é outra questão importante no debate internacional.

Outra ameaça para a democracia, para a observância da lei e dos direitos humanos é a corrupção. Ela ocorre em todo o mundo e nas diferentes formas de organização política gerando fortes impactos negativos sobre a justiça social e os direitos humanos.

A ciência e a tecnologia

Neste novo século, os surpreendentes avanços da ciência e da tecnologia e suas aplicações levantam questões complexas quanto a seu impacto em relação aos direitos humanos, à dignidade e à integridade humana. Vivemos numa época dominada pela ciência e a tecnologia, sendo esta uma nova fonte de poder para os que a dominam. Proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 27: “todos têm o

direito de usufruir do progresso científico e de seus benefícios”. Entretanto, a realidade do mundo ainda é muito desigual em relação a esse tema.

Todos os avanços da engenharia genética, como as pesquisas sobre células-tronco, por uma parte abrem um mundo incomensurável de possibilidades para a vida, por outra colocam novos desafios, com impactos diversos para os direitos humanos.

As novas tecnologias da informação e da comunicação vêm aumentando imensamente a capacidade de armazenamento, recuperação e transmissão rápida de grandes quantidades de informação, especialmente pela internet, e já causaram profundo impacto na vida cotidiana favorecendo a ampliação do acesso a determinados direitos, como à



informação e à aprendizagem. No entanto, não se pode ignorar as grandes desigualdades e distâncias que geram, a nível mundial e local, no que se refere a possibilidades de uso.

Novos direitos surgem e outros se encontram ameaçados no ciberespaço, como o direito à privacidade e o direito à proteção aos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística. A pirataria eletrônica, o uso da internet para a disseminação de pornografia e para a defesa do racismo, da xenofobia e da violência, deflagram uma série de questões éticas e jurídicas ligadas aos limites da liberdade de informação e expressão.

A tensão entre direitos da igualdade e direitos da diferença

No mundo atual, se faz cada vez mais estreita a relação entre as questões relativas à justiça, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e as referentes ao reconhecimento de diferentes grupos culturais. Nesse sentido, amplia-se a problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, e cada vez mais se afirma a importância dos direitos coletivos, culturais e ambientais.



Em contextos muito diferentes e de modos muito diversos as pessoas estão se mobilizando em torno de velhas injustiças, segundo linhas étnicas, religiosas, raciais e culturais, exigindo que sua identidade seja reconhecida, apreciada e aceita pela sociedade mais ampla. Sofrendo de discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, econômicas e políticas, também exigem justiça social. Portanto, o que é novo hoje, é a ascensão da política de identidade.

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Parece generalizar-se em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes, na origem familiar e regional, nas tradições, nas crenças religiosas, em diferentes hábitos e gostos; em suma, somos portadores de pertencas culturais diferentes.

Fica claro que houve mudança de sensibilidade, de clima social, cultural e político em torno da articulação entre igualdade e diferença. Da ênfase na igualdade, muitas vezes silenciadora e/ou negadora das diferenças, estas passam a primeiro plano, podendo comprometer a afirmação da igualdade. Um grande desafio é como articular esses pólos sem que um anule o outro.

¿QUÉ ES LA “APOROFOBIA”?

Marcelo Andrade
Novamerica - Río de Janeiro, Brasil

“Aporofobia” es un término que tanto CORTINA (2000) como MARTÍNEZ (2002) reconocen que todavía no figura en los diccionarios de la lengua española y quizá tampoco en los de otras lenguas latinas, como el portugués.

Se trata, entonces, de un neologismo que une dos términos griegos: “á-poros” y “fóbeo”. El segundo término ya es bastante conocido nuestro y indica “miedo, pavor, temor o rechazo”, por ejemplo, se halla en los términos claustrofobia (miedo de lugares cerrados) o xenofobia (rechazo al extranjero). El primer término, quizás

totalmente desconocido, significa “pobre, sin salidas, escaso de recursos”. Así, aporofobia indicaría el sentimiento de rechazo o temor al pobre, al desamparado, al que carece de salidas, de medios o de recursos.

Bien, la cuestión ahora es un poco más de fondo, ¿para qué sirve un neologismo? En general, un neologismo surge o es forjado para satisfacer una necesidad de la lengua ante dos casos: (1) para designar una nueva realidad o (2) para designar una nueva percepción de una realidad no tan nueva.



Aporofobia es un neologismo típico del segundo caso. La discriminación de los pobres no es ninguna novedad sociológica, por supuesto, pero, hoy por hoy, hay una percepción de distintos matices de exclusiones cuando entrecruzamos los diferentes tipos de discriminaciones, con la idea traída a la luz por este neologismo.

Así, corroborando a Adela Cortina, *“no marginamos al inmigrante si es rico, ni al negro que es jugador de baloncesto, ni al jubilado con patrimonio: a los que marginamos es a los pobres”* (CORTINA, 1996:70). Lo que Adela Cortina afirma, a mi juicio, es que la categoría *“pobre”* se hace central para que se entienda los diferentes procesos de marginalización con los cuales convivimos hoy.

A una nueva realidad o a una nueva percepción de la realidad importa ponerle un nombre, porque mientras es indecible es también imperceptible. Nombrar una nueva percepción de la realidad ayuda que esta misma realidad sea mejor comprendida, evitando así distorsiones que acaban por ocultar la verdad de las cosas (CORTINA, 2000).

Además, el término *“aporofobia”* se refiere a una realidad - la repugnancia ante al pobre - que tiene mucha fuerza en la vida social y esta realidad se hace todavía más fuerte y cruel si se queda en el ámbito de la invisibilidad. Si una realidad no es nombrada, percibida, discutida y analizada, por fin, tampoco será comprendida.

Aquí discriminar sí es conveniente, es decir, forjar categorías que nos ayudan a separar las cosas para comprender mejor la realidad. Diría Descartes que importa un pensamiento claro y distinto. Y, a mi juicio, nombrar y analizar es una faena, de las más importantes, de la filosofía. Aunque, tal como Marx, pienso que más que comprender la realidad,

importa transformarla. Nombrar y analizar para comprender y transformar. Para eso debería servirnos el neologismo. Bien, intentemos, entonces, trabajar con él.

Si el término es válido, podríamos preguntarnos: ¿Cómo y por qué la aporofobia se establece entre nosotros? ¿Cuáles son sus consecuencias en una sociedad que se quiera democrática?

Según MARTÍNEZ (2002:18), la aporofobia es resultado de un proceso, que se podría llamar de “juego de responsabilidades”, pues ella nace de un nivel de conciencia, un tanto oscuro, *“que nos recuerda que las situaciones de desamparo son, en cierta medida, una responsabilidad de todos los que estamos acomodados”*. Así los pobres, por su sencilla existencia, nos recuerdan la responsabilidad compartida en nuestro destino común.





No obstante, no es fácil encargarse de esta responsabilidad porque ella nos indica nuestro fracaso moral como grupo humano. Quizás por eso no pocos sectores de la sociedad la rechazan. Excusarse de esta responsabilidad tiene un precio: hay que encontrar a alguien que se ocupe de ella, que la lleve consigo, que asuma su peso. Entonces, en este “juego de responsabilidades”, se echa a los pobres la carga por la miseria que les aflige.

En esta lógica, los pobres son los principales responsables de su propio fardo. Si quisiéramos las *“perlas de la aporofobia”* podríamos ejemplificar con las frases del tipo: *“son pobres por que quieren”, “son pobres porque son perezosos”, “son pobres porque no buscan trabajo o porque no quieren trabajar”, “están en la pobreza porque no se esfuerzan”* o *“los peores pobres son los acomodados”*.

En resumen, la aporofobia es un sentimiento de rechazo a los pobres, pues la situación que se encuentran reclama a toda sociedad una responsabilidad que no se quiere asumir y la respuesta a esta cobranza es una devolución hacia a las víctimas de la culpa por la situación de pobreza en la cual se encuentran.

No vamos aquí a negar que, en algunos casos, la situación de pobreza quizás tenga su origen en algún tipo de negligencia o de mal planeamiento de los recursos o de algún tipo de acción más o menos voluntaria. Pero, la mayoría de las situaciones de pobreza tiene su origen en causas totalmente ajenas a la voluntad de las personas que la sufren.

De ahí que la aporofobia es más una de esas distorsiones resultantes de una generalización apresurada, típica del pensamiento flojo, débil, perezoso. La aporofobia, como todo prejuicio, es falsa, liviana, arbitraria. Además alimenta sentimientos de miedo hacia a los pobres, pues son supuestamente violentos o violentos en potencia.

La aporofobia hace crecer el sentimiento de asco hacia a los pobres, pues son supuestamente sucios o con pocas nociones de higiene. Del miedo y del asco ya sabemos lo que puede venir. Y, así, tenemos el ciclo entre pensar, sentir y obrar que excluye a los pobres y con una pizca de inmoralidad más, pues *“son ellos los culpados por la situación que se encuentran”*, bien como son los culpados de los prejuicios que sufren, pues *“podían ser más limpios porque pobreza no tiene que significar suciedad”* o *“podían educar mejor sus hijos y así no se envolverían en la marginalidad”* y desde ahí un largo etcétera de excusas y de responsabilidades transferidas.

Según los filósofos Adela Cortina y Emilio Martínez, la aporofobia es todavía más evidente en sociedades basadas en el contrato, como las nuestras. *“En efecto, la clave para comprender la aporofobia es que en la mayoría de los ámbitos de la vida social hay quienes tienen poder para pactar y también hay quienes no lo tienen; algunas personas tienen algo que puede interesar a los poderosos y en cambio otras carecen de interés para ellos”* (MARTÍNEZ, 2002:20).

En una sociedad de pactos y contratos, quien no tiene algo que ofrecer como moneda de cambio no puede pactar, son dispensables, son insignificantes, son prescindibles, en suma, no necesarios y descartables. La vida de los pobres no importa para inmensos sectores de nuestras sociedades, pueden morir en centenas de millares que no hacen falta para la economía, para el mercado, para los gobiernos, para la universidad y para muchos ámbitos de la vida social.

Todos sabemos que los pobres no ocupan importantes puestos de trabajo, ni sillas en las universidades, no tienen tarjeta de crédito, no pagan significantes valores en impuestos, no consumen los extraordinarios productos de los magazines. En la lógica aporofóbica, los pobres no tienen nada que ofrecer, además nos molestan con su incómoda presencia que nos acuerda una responsabilidad que, posiblemente, queremos olvidar.

¿Hay salida para la aporofobia? ¡Por supuesto que sí! - debería ser nuestra respuesta. La aporofobia se supera con pensamiento fuerte, laborioso y

cuidadoso. Hay que sacar de la filosofía su que hacer social. Además, se puede superar la aporofobia apostando por una sociedad de solidaridad más que de contrato. La solidaridad - que nada tiene que ver con paternalismo - es la más contundente contestación a la aporofobia, pues es la única respuesta posible a un clamor de justicia que se evoca desde la realidad de pobreza con la cual convivimos, especialmente en los países pobres de África y Latinoamérica.

Bibliografía:

CORTINA, Adela. *Ética*, Madrid: Santillana, 1996.

CORTINA, Adela. *Aporofobia*, en *El País*, 07 de Marzo de 2000, p.16.

MARTÍNEZ, Emilio. *Aporofobia*, en CONILL, Jesús. (coord.) *Glosario Para una Sociedad Intercultural*, Valencia: Bancaja, 2002, p. 17-23.



REFLEXIÓN SOBRE LA COMUNIDAD: UN DESAFÍO DESDE BOLIVIA

Ramiro G. Lobatón P.

Hoy tenemos serios problemas de *cohesión social*. “Los individuos no se sienten *identificados* ni se sienten *pertenecientes* a la comunidad”. Este hecho nos permite reflexionar sobre la naturaleza y comprensión que tenemos sobre la relación entre individuo y comunidad.

Los presupuestos en los que se apoya el liberalismo en su primera vertiente,

tales como los planteamientos de John Locke, en su “*Ensayo sobre el gobierno civil*”, Tomo II, hoy son a todas luces insuficientes. Locke construye todo un aparato conceptual bajo la noción de individuo en abstracto. No se reconoce que este individuo tiene una historia, una cultura, unas tradiciones y costumbres. De esta manera, no se aprecia que la relación entre individuo y comunidad es más compleja.



Img. www.pazyjusticia.com

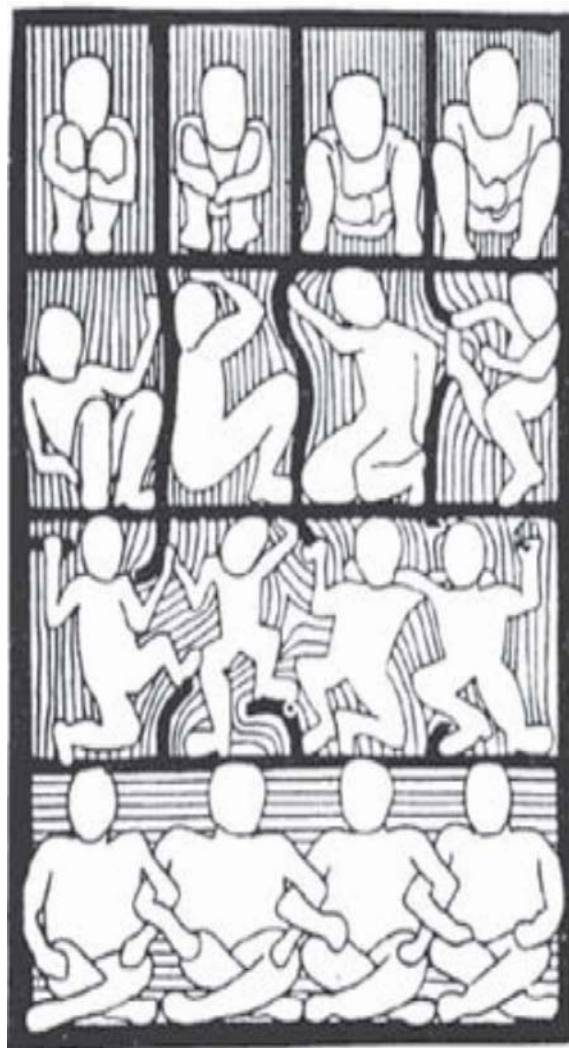
La realidad nos muestra que no sólo existen individuos aislados en relación al Estado, sino grupos, agrupaciones, naciones y, que en muchos casos, estas relaciones se han construido en base a situaciones asimétricas.

El estudio que ha realizado René Zavaleta Mercado sobre Bolivia, describiéndola como “una sociedad abigarrada”, es decir, “una condición de sobreposición de diversos tipos de relaciones entre diversos grupos sociales y culturales que coexisten en una misma sociedad” (ZVALETA 1986), muestra una sociedad heterogénea y diversa.

Para Luis Tapia el proceso de abigarramiento de Bolivia no se reduce sólo a la coexistencia de varios grupos que se encuentran sobrepuestos unos a lado de otros, sino que tiene que ver con relaciones de dominación y distorsión de unas sobre otras, al respecto afirma: “el abigarramiento es un producto del colonialismo, implica que la historia del colonialismo ha impuesto diferentes tiempos históricos, diferentes civilizaciones en un mismo territorio y presente político y social” (TAPIA 2002:10). Esta nota pone de manifiesto que Bolivia no es sólo heterogénea, sino, también, fragmentada y desigual.

A partir de esta visión, se puede comprender que en Bolivia no existe una sociedad, sino co-existen varias sociedades, es decir co-existen varios grupos étnicos, culturas y clases sociales que se encuentran relacionadas no bajo una lógica horizontal, es decir, de respeto y apoyo mutuo, sino, lamentablemente, en el mayor de los casos, de relaciones asimétricas entre unas y otras, producto aún de estructuras económicas, políticas, sociales y culturales vigentes.

Esta constatación pone de manifiesto esa compleja y defectuosa relación que se da entre individuos y comunidad. En palabras simples, existen varios individuos, etnias, pueblos y naciones que no se sienten identificados, ni se sienten pertenecientes a la comunidad, pues han sido - aunque no nos guste oírlo - marginados de los beneficios de la comunidad. Este hecho nos debe interpelar profundamente sobre la estructura axiológica y moral vigente que forma parte de la comprensión que tenemos de comunidad y de ser humano.



Img. www.pazyjusticia.com

Si damos un repaso, grosso modo, de la construcción de imaginarios en Bolivia a lo largo del siglo XX se puede decir lo siguiente. Bolivia - en el plano de la historia de las ideas - ha ensayado varios proyectos sociales. Estos imaginarios son: el liberal positivista, nacionalista e indigenista, que pretenden imponer su perspectiva, y que se encuentran en confrontación.

En efecto, la lectura liberal positivista, representada por Alcides Arguedas, descrita en su obra *"Pueblo enfermo"*, en 1909, postula que Bolivia no ha podido engancharse a la "civilización" debido a su población mayoritariamente indígena y mestiza, caracterizada - según Arguedas - por la falta de iniciativa, estrechez de calida moral y su criollismo cultural deformante. Para Arguedas,

deberíamos eliminar a los indios y regenerar la especie mestiza, pues aquellas son la causa del obstáculo. Como puede apreciarse, desde la lectura de Arguedas, debemos negar nuestras raíces culturales y mirar a occidente.

Desde la lectura de Carlos Montenegro, considerado uno de los representantes más importantes del nacionalismo boliviano, a partir de su obra *"Nacionalismo y Coloniaje"*, en 1943, afirma que debemos construir una conciencia nacional monitorizada por la clase indomestiza. No hay que eliminar al indio hay que volverlo mestizo, siendo este último el arquetipo del estado-nación. Desde esa óptica se ha estructurado el código de Educación de 1955, que se ha caracterizado por un proceso de homogeneización mestizo.



Fot. Marcelo Rodríguez (Chilijchi en Cochabamba)



Fot. Danza Chunchos Tarija (Rubén Darío Azoque)

Una tercera lectura que ha empezado a adquirir cuerpo es la indigenista, que apoyada en los valores de la cultura andina y amazónica busca su reivindicación histórica y cultural. El planteo de este proyecto oscila desde grupos indígenas que apelan al reconocimiento real en la participación del Estado hasta facciones que se caracterizan por plantear la imposición de un determinado modelo societal a todos, se consideren o no indígenas.

Estos imaginarios, brevemente descritos, y que se encuentran en la psique de los habitantes bolivianos, se encuentran actualmente en virtual confrontación, poniendo de manifiesto una sociedad fragmentada, expresada en diversas formas de discriminación social.

Esto muestra que no se ha podido diseñar un proyecto que integre y permita crear relaciones de coordinación, lazos de solidaridad y búsqueda de un bienestar humano que beneficie a todos y a todas, independientemente de sus características étnicas, lingüísticas, sociales, económicas, religiosas y de género, pero que a su vez haga respetar y valorar esas diferencias a través de una política del reencuentro.

Es en este escenario donde descubrimos la vitalidad de la comunidad. El meollo de la comunidad estriba en “aprender a convivir con justicia”. ¿Cómo construir esta comunidad política?, ¿Por dónde comenzar?, constituye nuestro desafío y esa es tarea de todos los bolivianos.

BIBLIOGRAFÍA

ARGUEDAS, Alcides. **Pueblo enfermo**, Ed. Juventud, La Paz, 1909

LOCKE, John. **Ensayo sobre el gobierno civil. T. II**, Ed. Aguilar, Buenos Aires, 1955

MONTENEGRO, Carlos. **Nacionalismo y coloniaje**, Ed. Juventud, La Paz, 1944

TAPIA, Luis. **La condición multisocietal. Multiculturalidad, pluralismo, modernidad**, Ed. Muela del Diablo, La Paz, 2002

_____. **La invención del núcleo común. Ciudadanía y gobierno multisocietal**, Ed. Muela del Diablo, La Paz, 2006

TAMAYO, Franz. **Creación de la Pedagogía Nacional**, Ed. Juventud, La Paz, 1910

TORANZO ROCA, Carlos. **Rostros de la democracia: una mirada mestiza**, Ed. Plural, La Paz, 2006

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo nacional - popular en Bolivia**, Ed. Siglo XXI, México, 1986

ZEGADA, María Teresa. *“La construcción de ciudadanía en Bolivia”*, en **Estudios y Ensayos**, Centro Cuarto Intermedio, Cochabamba, 2006

_____. *“Ciudadanía civil y política en Bolivia”*, en **Ciudadanías en Bolivia**, Ed. Corte Nacional Electoral, La Paz, 2007



Fot. Daniela Delgado Salazar (Ferrocarril en Oruro)

“DINAMIZADORES EN ACCIÓN”

Tanislao Ochoa.

SOLYDES, institución promotora de proyectos de desarrollo socioeducativo en Villa El Salvador-Lima-Perú, ha puesto en marcha desde el año 2006 el Programa: **“Agentes culturales promotores del cambio socioeducativo en la escuela y comunidad”**, el que es un programa de formación sistemática no formal de docentes, con incidencia en las instituciones educativas estatales.

Dando continuidad a las expectativas de cambio socioeducativo de los participantes, SOLYDES oferta un cauce de puesta en práctica de compromisos asumidos a través de lo que denomina **“Equipo dinamizador”**



Dinamizadores planificando una actividad

El contexto en el cual se desarrolla esta experiencia es Villa El Salvador, un distrito de la provincia de Lima-Perú, que cuenta con una rica historia de autogestión (37 años), de participación comunal organizada, de lucha en la defensa de sus derechos fundamentales, habiendo sido merecedor por ello del premio “Príncipe de Asturias” otorgado por España en 1987. Vive la experiencia de una comunidad educadora, que busca cualificar la formación de agentes comprometidos con su realidad y se organiza participando activamente en acciones de desarrollo. Es así que dos de los principales documentos producidos con participación comunal hacen referencia a este cometido: *“Hacer de Villa el Salvador una comunidad educadora”* (Lema del I Congreso de Educación de Villa El Salvador)

El Programa “Agentes culturales promotores del cambio socioeducativo en la escuela y comunidad”, es más que un programa de actualización que desarrolla acciones de formación permanente con una finalidad de acumulación de certificaciones, sino que su interés formador busca ante todo suscitar inquietudes, “afectar a la persona del educador” de tal manera que éste se sienta llamado tomar en serio su rol como docente en una sociedad que requiere de agentes comprometidos.



Dinamizadores preparando la presentación de PSEIT a nuevos dinamizadores

Los docentes y profesionales de la educación, participantes del Programa llevamos a cabo nuestra formación durante un promedio de 6 meses en los cuales desarrollamos cuatro módulos de aprendizaje, orientados los dos primeros a una seria reflexión sobre la realidad mundial, nacional y local, como de una incidente revisión de los compromisos profesionales asumidos; y los dos siguientes se enmarcan en la revisión metodológica del trabajo que realizamos y en el análisis de la producción local de documentos orientadores. Esta etapa de formación es la que produce cuestionamientos desde los niveles personal, familiar, social, profesional.

Al finalizar esta etapa de formación, los participantes somos invitados a formar parte del “Equipo dinamizador”, invitación desarrollada en una sencilla pero motivadora reunión. En ella compartimos lo que implica ser “agente dinamizador”:

Es aquel educador/a que:

- o Habiendo reafirmado y renovado su vocación-misión, asume un compromiso concreto de participación activa como agente de cambio en sus diversos ámbitos de actuación.*
- o Entiende y vive las relaciones interpersonales e institucionales desde una “praxis” democrática. Es decir de horizontalidad, equidad, justicia y solidaridad.*
- o Valora y favorece el trabajo conjunto estimulando la construcción colectiva de los diferentes saberes y de las diversas formas de hacer.*
- o Interactuando con los otros es capaz de “dar lo mejor de sí mismo” y suscitar que los demás “den lo mejor de sí mismos”.*
- o Valora, asume y desarrolla la capacidad organizadora permitiendo la optimización del tiempo, el logro de resultados, el equilibrio entre eficiencia y eficacia y la superación de los conflictos inherentes al trabajo y al desgaste innecesario de las energías y vitalidad personal.*

Concluida esta etapa, se nos proponen las tareas específicas que por ahora podemos desarrollar:

Apoyar el trabajo de Solydes en la formación de educadores e impulsar el movimiento socioeducativo¹ desde:

- o La participación en el proceso de **convocatoria** para nuevos grupos de “Agentes culturales promotores del cambio socioeducativo en la escuela y comunidad”.*

¹ La formación del equipo dinamizador es una de las estrategias que tiene como meta final la formación del movimiento socioeducativo en Villa El Salvador, meta que empezaremos a potenciar este año 2008.

- o *El apoyo en la organización de los **eventos** a realizarse desde SOLYDES, con la participación de las diversas instituciones de Villa El Salvador comprometidas con su desarrollo.*
- o *La **elaboración y aplicación de sesiones experimentales** sobre la formación ciudadana, con el objetivo de promover eventos para compartir experiencias y ampliar el radio de incidencia socioeducativa.*
- o *La **organización de materiales** diversos, buscando poner en contacto a los dinamizadores con el rico acervo de materiales de que dispone el Programa SOLYDES , como otro cauce de formación permanente y de compromiso.*

Finalmente cada participante expresa por escrito y libremente su compromiso de pertenencia al equipo dinamizador. Las respuestas dadas reflejan el sentir y el compromiso asumido:

“Acepto complicar más mi vida porque quiero ser la gota que cause un movimiento en este mi querido Villa El Salvador, ya una vez arriesgue mi vida por ella. ¡Cuenten conmigo!”

Josefina

“... han sido largos meses en los cuales he renovado mi vocación de maestro, he recordado lo que aprendí en el instituto con los talleres que Uds. me brindaron (nos) pude reencontrarme con mi vocación, y ahora me queda el reto

de aplicar todo lo que recibo en la formación de mis alumnos, lo cual lo veo bastante “tranca”², pero lo estoy intentando y estoy seguro que lograré abrir el camino para el cambio.

También quiero responder a la propuesta que hoy nos hacen, yo personalmente les digo que estoy dispuesto a seguir en “SOLYDES” como dinamizador y volcar todo lo recibido en otros colegas que se animen a participar en los cursos que vengan; pero les pido que nos den el entrenamiento necesario para desarrollar de la mejor manera esa tarea.”

Tanislao

“En primer lugar me permito llamarlas amigas, porque una amiga ayuda, aconseja, acompaña y sobre todo entiende y ustedes y todo el equipo de SOLYDES han hecho eso conmigo, me han apoyado y acompañado a poder despertar y asumir cambios en mi carrera profesional, a despertar mis sueños y mis deseos de ser una educadora de hoy que asume un papel fundamental para en nuestra comunidad que permite el cambio y permite y busca que los demás den lo mejor de sí mismos.”

“Es por eso que hoy opto por apoyar a Solydes en este nuevo camino, junto a ustedes en la organización de materiales diversos, siendo así un escalón de

esa gran cadena de educadores dinamizadores, así también sentiré que lo que he realizado hasta hoy lo puedo compartir buscando que seamos cada vez más educadores y agentes de cambios en busca de un nuevo Villa El Salvador...”

Margot Gonzales R.

“Estimadas Amigas: Formadoras de Agentes Culturales Promotoras del Cambio Socioeducativo en la Escuela de la Comunidad.”

Siento ser una nueva persona, con perspectivas de la vida, de la familia, sociedad, ciudadanía, del poder, etc, totalmente renovados y haber crecido espiritualmente.

La propuesta de Solydes empata con las nuevas miradas, responsabilidades y compromisos que debe tener el ciudadano en la construcción de una sociedad justa, solidaria y democrática. Donde el poder democratiza abriendo espacios de participación en la toma de decisiones.

Por tanto quiero ser útil en la organización de eventos, en la elaboración y aplicación de sesiones experimentales sobre la formación ciudadana.”

Un amigo, Juan

“Este corto tiempo ha llevado a que regrese a espacios en Villa, el mundo municipal me envuelve, no he participado en espacios donde yo pueda hacer algo más como Gloria...”

Me gustaría apoyar en lo que fuera necesario, aprender con ustedes cosas como el hacer que los espacios sean agradables, sin necesitar de muchas cosas, solo creatividad.

Podría apoyar en la elaboración y aplicación de sesiones experimentales sobre la transformación ciudadana.

Gracias por la apuesta, el esfuerzo dedicado a todos y por la mejora de la educación.”

Gloria

Es en este sentido que puedo formular mi experiencia de esta manera:

El haberme integrado en este grupo humano me ha permitido:

“asumir retos y desafíos, que me llevan a cambiar o recrear mi vocación docente”

“Despertar y encontrarme con mi vocación de maestro, ya que hasta ese momento venía trabajando por cumplir”

“Darme cuenta que la ciudadanía se va forjando desde la niñez y que tenía en mis manos un gran material humano (niños y niñas)”

“Construir la esperanza, de un mañana mejor, pero vivido desde el presente”

“Salir de la rutina y buscar vivenciar los aprendizajes, haciendo uso de la metodología participativa”

Son ya dos promociones de egresados del Programa de Formación, los que venimos participando activamente de acuerdo a las diversas tareas a las que nos comprometimos al egresar.

Una de ellas es la “Convocatoria” de nuevos participantes para el Programa de Formación. Es una experiencia desafiante, que implica el grato esfuerzo de llegar a las 42 instituciones educativas estatales de Villa El Salvador, venciendo obstáculos de transporte dada la geografía de Villa (desierto, montes, falta de pistas etc.) y la poca receptividad de los dirigentes. Sin embargo es un reto que asumimos con mucho agrado porque para eso estamos preparados. Implica también el esfuerzo de dejar nuestras aulas, sin abandonarlas porque se prevé un reemplazo por cada ausencia. La metodología asumida es la **difusión testimonial**, es decir no sólo dar una información, sino comunicar una experiencia grata, animando y despertando el interés de los oyentes fiados en la sinceridad de nuestros testimonios.



Dinamizadores realizando convocatoria testimonial

Contamos para ello con la preparación que se nos da en las reuniones de coordinación y organización de la dinámica de la convocatoria. Nos organizamos en dúos, con la asistencia de un coordinador de SOLYDES, como apoyo, ya que nos lanzamos a la acción seguros de lo que buscamos. Contamos con el material de difusión necesario: cartas, dípticos, volantes, fichas de preinscripción, etc., material que entregamos a los asistentes a las reuniones de convocatoria.

Una acción importante que aporta también a la convocatoria es la realización **sesiones radiales**, incidiendo así en el espacio público de Villa El Salvador. Esta programación radial tiene como finalidad socializar con la comunidad de Villa, los resultados del proceso formador realizado durante los meses en los que desarrollamos el Programa. Esta experiencia significó un reto en lo personal y grupal para preparar las sesiones, lo que implicó una revisión de todo lo aprendido en el curso, y más aún el reto de salir al aire y transmitir lo vivido, asumiendo respuestas que tal vez no estaban en la estructura del guión, pero que descubrimos tenerlas asimiladas como resultado del proceso formador.

Un segundo espacio de participación es de formar parte de la Comisión organizadora de los seminarios que anualmente impulsa SOLYDES con la Municipalidad de Villa El Salvador, contando con la participación activa de varias instituciones del distrito, incidiendo así en el espacio público. Estos seminarios se han planteado sobre desafíos emergentes de la realidad. El primero: “Municipalización de la Educación, ¿viable en Villa el Salvador?” (noviembre 2006), el

segundo “Villa El Salvador, ciudad educadora” (noviembre 2007), estando en preparación el tercero: “Ciudadanos de Villa El Salvador promotores del diálogo intercultural” (noviembre 2008)



Dinamizadores asesorando el trabajo de grupos del Seminario taller sobre Ciudad educadora-2007

Esta acción tiene como **objetivos**:

- o Aportar a la construcción de un pensamiento alternativo desde Solydes, ofertando un cauce de trabajo interinstitucional conjunto, que responda a los desafíos socioeducativos de la realidad de Villa El Salvador.
- o Favorecer la creación de un espacio que invite al compromiso socioeducativo para el desarrollo de Villa El Salvador y aporte a la puesta en marcha del movimiento socioeducativo en VES desde Solydes.

La **metodología** utilizada es básicamente participativa, y busca construir conjuntamente un pensamiento alternativo con respecto a los grandes desafíos que plantea la realidad de VES.

Tiene las siguientes **características**:

- Plantea un **tema emergente de la realidad** nacional y principalmente de VES, a ser considerado como punto de partida para analizar la viabilidad de su tratamiento como propuesta a ser trabajada por el seminario.
- Convoca la **participación activa de las instituciones de VES**, brindando un espacio al intercambio de opiniones, expectativas y sugerencias de las mismas en torno al tema planteado, en sesiones de trabajo desarrolladas semanalmente con un promedio de 3 horas de trabajo por sesión, en el lapso promedio de 7 meses.
- La estrategia utilizada para el desarrollo de las sesiones en la etapa de preparación del seminario, es la de **construcción colectiva de propuestas**, como también la estrategia de talleres para el desarrollo de las jornadas de estudio de la comisión organizadora, que tienen como finalidad apropiarse de los contenidos temáticos, de tal manera que la comisión organizadora dé clara razón de lo que busca al convocar a la población para analizar el tema en cuestión, como también de las posibles propuestas alternativas de acción planteadas ante los desafíos.
- Durante la realización del seminario se ha utilizado prioritariamente la **estrategia de talleres**, en los que se distinguen 3 momentos: 1) Planteamiento de un ángulo del tema general del taller, con la finalidad de conocer la realidad al respecto (exposiciones, paneles, etc); 2) Trabajo grupal a partir de planteamientos o preguntas sugeridas por el tema expuesto con la

finalidad de plantear desafíos concretos de la realidad de Villa El Salvador en el contexto global del país o del mundo, según sea el caso, como también las propuestas alternativas de solución; 3) Socialización del trabajo grupal, con la finalidad de conocer las expectativas de toda la comunidad distrital a través de sus representantes, y a sí llegar a acuerdos a asumir institucionalmente, sin descuidar las responsabilidades personales.

- La comisión organizadora, asume un **rol protagónico en la convocatoria** de participantes al seminario, teniendo en cuenta que estén representadas todas las instituciones y organizaciones comunales que tiene Villa El Salvador.

Los principales **logros** de esta experiencia son:

- o Desde el punto de vista de la incidencia política de la tarea realizada, se ha logrado “un espacio” de trabajo conjunto con la Municipalidad, consiguiendo que ella asuma alguna de las propuestas que emanan del seminario.³
- o Mantener la motivación de los miembros de la comisión organizadora durante un lapso promedio de 6 a 7 meses, con una asistencia semanal que refleja la responsabilidad, el compromiso: “Vistió la camiseta de Villa” (expresión manifestada en la sesión de evaluación del seminario).
- o Se ha logrado dar a conocer la acción promotora de SOLYDES, a través de la unión de fuerzas, al llevar a cabo un

sostenido trabajo interinstitucional.

- o La experiencia de preparación y realización de los seminarios constituye un “espacio formador” para las instituciones y la comunidad de Villa El Salvador, que se suman a la construcción colectiva de propuestas para el desarrollo del distrito.

Otra actividad que venimos desarrollando es la participación como dinamizadores en eventos locales o internacionales, tales como El Seminario “Revalorando la carrera docente”, promovido por el Instituto Superior Pedagógico de Chimbote y el “V Encuentro Iberoamericano de maestros que hacen investigación e innovación desde sus escuelas y comunidad” realizado en Julio de este año en Venezuela, ellos nos dan posibilidades de desarrollo personal, profesional y sobre todo de intercambio entre personas que buscamos las mismas metas: la transformación socioeducativa en los ámbitos en los cuales estamos insertos.

Todo esto, además de muchas actividades que requieren nuestra participación comprometida en el día a día son el alimento que nutre nuestro compromiso y no nos deja desmayar ante las inevitables dificultades. Como dinamizador, a nombre de todos mis compañe@s, quiero manifestar que nos sentimos en camino, iniciando la construcción del movimiento socioeducativo, nos quedan muchos pasos por dar, pero tenemos clara la meta y nos anima el sentirnos un colectivo que lucha y se fortalece cada día.

³ Por ejemplo la inscripción de Villa El Salvador en la Asociación Internacional de ciudades educadoras